

## **DIMENSÕES DO PODER: políticas públicas, associativismo e reprodução do campesinato no município de Irará/BA**

## **DIMENSIONES DEL PODER: políticas públicas, asociativismo y reproducción del campesinato en el municipio de Irará/BA**

**Andreia Silva de Alcântara**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA) e do grupo de pesquisa Estudos da Dinâmica Agrária Regional e da Relação Campo-Cidade. Educadora popular do Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA)  
andreaalcantara05@gmail.com

### **Resumo**

A produção do espaço agrário do município de Irará demonstra as múltiplas complexidades das relações socioeconômicas, políticas e culturais atuantes no município. Assim, são latentes a força do Estado e suas estratégias de concentração do poder por meio do domínio social que se manifesta no controle do acesso de camponeses às políticas públicas. Mas também é notório as tentativas de reprodução desses camponeses através de sua organização popular em associações rurais, sindicatos dos trabalhadores rurais entre outros. No município de Irará a mandioca é o principal cultivo de valor econômico, ela é a matéria prima na produção da farinha, produto que é base da economia municipal e também a atividade que mais absorve mão de obra de trabalhadores rurais no município. A mandioca é o produto que garante a manutenção da família camponesa sendo utilizada para alimentar os animais na unidade camponesa e para o consumo humano como a, farinha, fécula, beiju, tapioca, puba, biscoitos de goma e sequilho, entre outros derivados.

**Palavras-chave:** Estado. Políticas públicas. Relações de poder no município de Irará/BA. Produção de mandioca no município de Irará/BA. Reprodução camponesa no município de Irará/BA.

### **Resumen**

La producción del espacio agrario del municipio de Irará demuestra las múltiples complejidades de las relaciones socioeconómicas, políticas y culturales actuantes en el municipio. Así, son latentes la fuerza del Estado y sus estrategias de concentración del poder por medio del dominio social que se manifiestan en el control del acceso de campesino a las políticas públicas. Pero también son notorias las tentativas de reproducción de esos campesinos a través de su organización popular en asociaciones rurales, sindicatos de los trabajadores rurales y de los grupos de samba de roda, entre otros. En el municipio de Irará la mandioca es el principal cultivo de valor económico, siendo la materia prima para la producción de harina, producto que es base de la economía municipal y también la actividad que más absorbe mano de obra de trabajadores rurales del municipio. La mandioca es el producto que garante el sustento

de la familia campesina, siendo utilizada para alimentar a los animales en la unidad campesina y para el consumo humano como harina, fécula, beiju, tapioca, puba, galletas de goma y sequilho, entre otros derivados.

**Palabras-claves:** Estado. Políticas públicas. Relations de pouvoir dans la commune d'Iará / BA. Production de manioc dans la municipalité de Iará/BA. Reproduction paysanne dans la municipalité de Iará/BA.

## **Introdução**

O município de Iará (BA) possui área de aproximadamente 277 km<sup>2</sup>. Está localizado na microrregião de Feira de Santana e é pertencente ao território de identidade Portal do Sertão (SEI, 2012).

A produção do espaço agrário do município de Iará demonstra as múltiplas complexidades das relações socioeconômicas, políticas e culturais atuantes no município. A força do Estado tem atuação direta na concentração do poder e no domínio social, marcadas pelo controle do acesso as políticas públicas sendo as principais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As relações de poder também são expressivas quando se refere às organizações camponesas de cunho popular, a exemplo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iará (STRI), Cooperativa dos Produtores Rurais de Iará Ltda (COOPRIL) e as Associações Rurais. Desta forma, o Estado exerce o papel de mediador (centralizador) das relações socioeconômicas no espaço agrário do município de Iará.

É nesse contexto da dinâmica do poder que se manifesta a resistência camponesa no município de Iará. Sabendo que o campesinato compõe uma classe social heterogênea, é essa condição que permite entendê-lo enquanto uma unidade de classe marcada pela diversidade sócio-cultural e política dos sujeitos do campo.

No município de Iará a estrutura fundiária é desigual. O município possui índice populacional de aproximadamente 27 mil habitantes, dos quais 11 mil habitam na zona urbana e 16 mil na zona rural. A pequena propriedade com área menor que 50 hectares, representam 86% das propriedades rurais e concentra 59% da população total do município. Ou seja, a maior parte da população se encontra na zona rural do município e se reproduzem em parcelas muito reduzidas de terra (IBGE, 2006).

A agricultura camponesa é expressiva no município. Os camponeses têm conseguido produzir, mesmo que em pequena quantidade, para auto sustento e tem gerado o excedente em quantidade necessária à sua sobrevivência. Dentre os produtos da agricultura camponesa se destaca a produção da farinha de mandioca, principal produto da economia municipal agrícola.

A mandioca é o principal cultivo de valor econômico, ela é a matéria prima na produção da farinha, produto que é base da economia municipal e também a atividade que mais absorve mão de obra de trabalhadores rurais no município. A mandioca é o produto que garante a manutenção da família camponesa sendo utilizada para alimentar os animais na unidade camponesa e para o consumo humano como a farinha, fécula, beiju, tapioca, puba, biscoitos de goma e sequilho, entre outros derivados. Assim, o objetivo desse artigo é analisar e compreender as relações de poder no espaço agrário do município de Iará, assim como as estratégias e práticas de camponeses na resistência e permanência no campo.

A metodologia utilizada para compreensão da realidade do espaço rural do município de Iará é a análise de dados secundários e dados primários com o respaldo na pesquisa empírica e em fundamentos teóricos críticos. Os procedimentos metodológicos incluíram visitas com entrevistas junto aos diferentes agentes que interferem na produção do espaço geográfico e aplicação de questionários.

### **O Estado e as políticas públicas no Brasil**

Segundo Alvarez (2012), o tema das políticas públicas tornou-se relevante no momento em que passou a representar-se como estratégia do Estado<sup>1</sup>, necessária ao processo de reprodução do capital no atual momento de estruturação do capitalismo.

O Estado representa o poder político, portanto, “a sociedade pode ser entendida como uma rede de poderes que atravessa todos os níveis societários. É no Estado, contudo, que se encontra o núcleo fundamental de articulação e reprodução dessa rede” (OSÓRIO, 2014, p.28).

Nas palavras de Marx (2010 b) o Estado tem sua raiz no antagonismo das classes sociais que compõem a sociedade civil. Dessa forma, o Estado e a organização da sociedade não são do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o

ordenamento da sociedade e repousa sobre a contradição entre vida pública e privada; interesses gerais e os interesses particulares.

Osório (2014), completa o pensamento de Marx (2010 b) na colocação sobre o Estado:

O Estado é muito mais do que dominação de classe. O estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada (OSÓRIO, 2014, p.17).

Ainda segundo Osório (2014), o poder político é entendido como uma rede de relações sociais que é administrada pelo Estado, mas tem a capacidade de produzir e se reproduzir a partir de todos os âmbitos da sociedade, seja: econômico, político, cultural ou ideológico.

O Estado atua em defesa da classe burguesa e é o principal fomentador das lutas de classe. Nesse sentido, as políticas públicas são em sua maioria criadas para atender aos interesses da hegemonia. Entre as principais políticas públicas criadas para o campo no século XX estão: O Programa de Preço Mínimo (1943), proposto pelo Governo Federal com objetivo de garantir a produção de principalmente culturas domésticas como: feijão, milho, arroz, amendoim, soja e semente de girassol (REZENDE, 1985).

O Programa de Preço Mínimo atenderia aos camponeses, porém, ocorreu à concentração das ações desse Programa na produção de soja e milho, o que favoreceu em maiores proporções os latifundiários.

Outros programas foram elaborados pelo Governo Federal com objetivo de aumentar a produção da monocultura e sua inserção no mercado internacional. As políticas de Aquisição do Governo Federal (AGF), e o Empréstimo do Governo Federal (EGF) foram cruciais na manutenção e estabilidade do preço do produto no mercado.

Segundo Singer (2008), o microcrédito chegou ao Brasil na época do presidente Fernando Henrique promovida pelo Serviço Social de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES foi criado para atender a elite agrária brasileira, financiando governos ou empreendimentos de grande porte. A burocracia imposta pelo Estado no acesso às políticas de crédito para os camponeses na maioria das vezes impossibilitava

que estes tivessem acesso ao crédito. Porém é relevante destacar que a maior parte do crédito estatal era em benefício do agronegócio.

Conforme já discutido por Andrade (1981), “O latifúndio dispõe de condições para captar grande parte do crédito agrícola subsidiado e de empréstimos fornecidos pelos bancos oficiais” (ANDRADE, 1981, p.84).

A política neoliberal que se iniciou no Brasil (1990), atuou na consolidação da industrialização da agricultura brasileira e na abertura do mercado nacional, tornando o monocultivo de exportação a principal atividade econômica brasileira (OLIVEIRA, 2007). A ferramenta de implantação dessa política deu-se pelas ações do Plano Collor e seu confisco temporário do dinheiro depositado nos bancos, e do plano real de Fernando Henrique Cardoso.

O neoliberalismo iniciou uma nova fase de transformação socioeconômica brasileira, onde a produção de alimentos transformou-se em produção de capital. É nesse bojo, que grandes empresas agrícolas principalmente as do ramo da citricultura e da avicultura procuraram inserir as unidades camponesas na produção de monocultivo, construindo assim complexos agroindustriais.

As políticas desenvolvimentistas fundamentadas no neoliberalismo defendem a produção de monocultura para o mercado externo. É nessa concepção que surge no período de 1995-2006, políticas de créditos voltadas a camponeses, tais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nessa lógica, a inserção dos camponeses no mercado com a oferta de produtos de subsistência, possibilita que o grande capital continue investido na monocultura de importação sem desestabilizar o comércio de alimento no mercado interno.

Entre os programas sociais estabelecidos no período (1995-2006), ganha destaque o PRONAF, por ter sido criado em plena efervescência dos movimentos sociais e sindical rural (1990). O PRONAF foi criado com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de camponeses rurais, esse apoio vinha sendo negado durante as políticas públicas ao longo da década de 1980 e os camponeses encontravam sérias dificuldades em se manterem na atividade (SCHNEIDER, 2006).

Na prática, essas políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura agiram na despolitização do camponês enquanto classe, forjando o camponês enquanto pequenos

empresários, propondo a construção de empreendimentos rurais ligados à demanda do mercado. Nesse sentido, os camponeses passaram a não mais reivindicar os meios de produção, a exemplo o acesso a terra, tornando-os dependentes das políticas externas como garantia de sua reprodução.

### **O Estado e execução das políticas públicas no município de Irará**

As principais políticas agrárias do governo federal e estadual têm atuação direta no município de Irará, por meio do poder executivo municipal. O acesso às políticas públicas e programas federais e estaduais evidencia a atuação de agentes políticos no âmbito do governo municipal, a exemplo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Irará (SAMAI). Também, são identificadas essas mesmas políticas na atuação de agentes sociais como a Cooperativa dos Produtores Rurais de Irará Ltda (Coopril), as Associações Rurais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará (STRI).

Segundo Marx (2010b), O poder do Estado representa as classes sociais que compõem e organiza a sociedade civil. O Estado repousa sobre a contradição entre vida pública e privada e sobre os interesses gerais e os interesses particulares da sociedade. Na análise da realidade do município de Irará o papel do Estado se funde com as intencionalidades do poder municipal.

Para levantar essa discussão recorreremos à definição de Estado defendida por Osório (2014), quando ele cita e analisa os elementos contidos nas relações estatais. Nesse sentido, o Estado é um conjunto de instituições; Corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições; Leis, normas e regulamentos; Uma particular condensação da rede de relação de poder, dominação força e laços comunitários que atravessam a sociedade.

Ainda segundo Osório (2014):

A presença de instituições, corpo de funcionários, leis e normas que organizam a convivência humana em sociedade pode ser uma exigência marcada pela complexificação da vida societária. Mas damos o nome de Estado apenas quando essa tarefa está atravessada pelas funções de dominação de poder de classes sociais. O elemento específico e essencial do Estado é, portanto, o poder e a dominação de classe (OSÓRIO, 2014, p.19).

O poder exercido pelo Estado se materializa nas suas ações junto aos demais agentes políticos do município. Assim, são os agentes políticos de Irará em parceria

com o poder municipal que garantem o acesso dos camponeses as políticas de compra de alimentos a exemplo do PAA, PNEA. E aos programas de desenvolvimento rural: cisternas artesanais, garantia de safra, crédito emergencial da seca, semeando doação de alimentos e sementes. Esses agentes políticos atuam em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que presta serviços como o acesso às políticas sociais do Bolsa Família, Brasil Carinho, e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Os programas de desenvolvimento rural e social têm atuando no município desde 2012, quando foi acionada a intervenção do Estado nas calamidades do período de seca. Nesse sentido, foram contemplados 691(seiscentos e noventa e um) camponeses com a Bolsa Estiagem, onde as famílias receberam um valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) que foram pagos em cinco parcelas de R\$ 80,00 (oitenta reais) disponibilizados no cartão do bolsa família, conforme critérios também estabelecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (SAMAI, 2012).

Também tiveram acesso ao Garantia Safra 804 (oitocentos e quatro) camponeses onde cada família recebeu um total de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) divididos em sete parcelas, sendo quatro parcelas de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) e três parcelas de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais). Além do fornecimento da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) de 15 toneladas de semente de milho e feijão para o plantio que foram distribuídas nas comunidades rurais (SAMAI, 2012).

Em 2014 o município de Iará foi contemplado pelo programa Primeira Água e Segunda Água do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O programa Primeira Água foi destinado ao uso doméstico que atendeu a 679 (seiscentos e setenta e nove) famílias das comunidades do município de Iará: Boa Vista, Malhadinha, Mana, Ladeira, Loja, Arroz, Paramirim, Trindade, Moco, Preguiça, Buri, Rosário, Saco do Capim, Santo Antônio, Barnabé, Brotas II, Fonte do Mato, Tapera Melão, Tabuleiro e Carro Quebrado. Já o programa Segunda Água destinou-se a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, esse projeto possibilitou a construção de 114 (cento e quatorze) tecnologias de armazenamento de água no município de Iará (SAMAI, 2014).

Em relação ao programa social Bolsa Família, ele é direcionado à população que vive em estado de vulnerabilidade econômica. Assim, no período de 2012 a 2016, o

programa tem disponibilizado verba no total de R\$ 63.984.485,00 (sessenta e três milhões nove centos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais). Sendo que em 2012 o programa disponibilizou apenas 7.627.284,00 (sete milhões seiscentos e vinte e sete mil e duzentos e oitenta e quatro reais) já em 2015 foi registrado o valor de 16.739.66,00 (dezesesseis milhões setecentos e trinta e nove mil e sessenta e seis reais) aumentando o número de famílias beneficiadas.

Os programas de desenvolvimento social são executados através do CRAS órgão responsável pelo cadastro de famílias de baixa renda no acesso a políticas sociais. Entre as principais comunidades atendidas pelo programa Bolsa Família destacam-se as comunidades Baixinhas, Olaria, Brotas, Catete, Espinho, Mangabeira, Caroba, Jurema, Santo Antônio, Saco do Capim, Sucupira, Massaranduba, Tapera Melão, Mana, Paramirim, Ladeira, Sitio Velho, Loja, Caboronga e Várzea.

No município de Iará as políticas institucionais de comercialização de produtos da agropecuária constitui um dos principais instrumentos da reprodução camponesa. Pois a inserção do camponês no mercado ainda é a maior dificuldade enfrentada na zona rural do município de Iará, por eles não terem capacidade financeira para concorrer com o grande produtor, nem de esperar a demanda para escoar sua produção a preço justo.

Os camponeses trabalham com produção em pequena quantidade o que justifica a necessidade de comercializar a produção o mais breve possível para manter o sustento da família. Os atravessadores se apropriam das circunstâncias e adquirem os produtos a custos, por vezes, abaixo do custo de produção. O produtor tem consciência do sistema, mas, por não ter mercado para escoar a produção, submete-se a esse tipo de comercialização. Em que a maior parte dos lucros da produção ficam com os atravessadores.

É partindo desse referencial que constatamos em campo a importância da venda direta dos produtos da agricultura camponesa aos órgãos federais. Em 2012 foi criada a modalidade Compra Institucional do PAA pelo Decreto nº 7.775/2012, regulamentada pelas Resoluções nº 50, nº 56, nº 64 e nº 73 do GGPAA. O PAA passou a ser acessado por chamada pública, dispensando o procedimento licitatório. Em 2015 através do decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 foi estabelecido, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30%, destinado à aquisição de gêneros

alimentícios de empreendedores familiares rurais, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2016 (MDA, 2016).

No município de Irará o PAA iniciou a atuação em 2012. De maneira que entre 2012 a 2014 circulou o montante de R\$ 1.265.500,00 (um milhão duzentos e sessenta e cinco reais pelo PAA na compra de produtos da agricultura camponesa. Esse programa beneficiou os camponeses das Associação Rural das comunidades do Saco Velho, Candeal, Sobradinho, Saco do Capim, Quebra Fogo, Tapera Melão e Várzea. Os programas não apenas dinamizam a economia municipal, mas também estimulam a produção de alimentos beneficiados. Pois, entre os principais produtos comercializados destacam-se Beiju seco, beiju molhado bolachinha de goma, farinha de mandioca, farinha de tapioca, produtos oriundos de fábricas artesanais.

Segundo a Lei Federal nº 12.512 de outubro de 2011, os produtos adquiridos da agricultura familiar são destinados a ações de Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Federal. Em doações de cestas básicas para população em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou á formação de estoque que pode ser comercializado pelas instâncias governamentais (BRASIL, 2011).

No município de Irará os alimentos do PAA foram distribuídos entre as principais entidades que executam atividade de caráter social, e entre as comunidades de baixa renda. Sendo elas: Associação Beneficente dos Moradores do Bairro do Corte, Centro Espírita a Caminho da Luz, Sociedade Cultura Recreativa Beneficente Valverde, Associação Comunitária Rural de Olaria, Associação Comunitária de Pedra Branca, Associação Mantenedora da Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irara (Aefami), Casa Jesus Maria José, Associação de Mulheres da Sucupira, Associação Rural da Caroba, Igreja Batista Monte Carvalho de Irara, Associação Evangélica Educadora e Beneficente, Associação Rural e Comunitária da Maçaranduba, Beneficiados: Associação Rural do Pulo do Bode, Sirino, Associação Rural do Catete, Associação Educacional e Desportiva, Associação Rural do Paramirim, Associação Rural do Santo Antônio, Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Bairro da Lagoa da Madalena.

Outro mercado institucional acessado pelo município é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O acesso ao PNAE é mediado pela Coopril em parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

O programa Nacional de Alimentação Escolar através do Art. 14 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 estabeleceu uma cota mínima de trinta por cento (30%) na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (FNDE, 2013).

Dessa maneira o PNAE representa no município em estudo não só uma das garantias no escoamento da produção camponesa. Mas também é uma estratégia de desenvolvimento agrário municipal com a autonomia camponesa a partir do viés econômico. O Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2013 a 2016 possibilitou circular no município de Iará o valor de R\$ 472.014,44 (quatrocentos e setenta e dois milhões quatorze mil e quarenta e quatro reais)

Entre as comunidades que foram contempladas com o acesso ao mercado institucional do PNAE destacam-se: Tapera Melão, Centro, Mangabeiras, Candéal, Saco Velho, Loja, Sobradinho e Saco do Capim, Manã, Saco Velho, Loja, Laje, Caboranga, Manã e Massaranduba. Nessas comunidades os alimentos da agricultura camponesa fornecidos para a alimentação escolar são alimentos *in natura* e/ou artesanalmente beneficiados, ou seja, são produzidos nas casas de farinha domiciliar ou em cozinhas comunitárias.

Os principais alimentos fornecidos para o PNAE no período de 2013 a 2016 foram: Beiju seco, beiju molhado bolachinha de goma, farinha de mandioca, farinha de tapioca, abóbora, aipim, batata doce, beiju de tapioca, biscoito de goma, biscoito de fécula, couve, coentro, cebolinha, laranja, melancia, milho verde, quiabo, tangerina, tempero seco, aipim, alface, cenoura, beiju seco com coco, beiju recheado, , espinafre, feijão, quiabo.

No município de Iará o Banco do Nordeste junto ao Banco do Brasil atende ao camponês através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O governo federal através do Pronaf disponibiliza crédito subsidiado a juros de 2% ao ano, para os camponeses que pagarem a dívida no prazo estipulado pelo banco, à dívida pode ser reduzida em até 25% do valor total. Portanto a linha de microcrédito de maior amplitude no município de Iará é o Pronaf Grupo “B” essa é direcionada aos camponeses de baixa renda que desenvolvem atividades produtivas no meio rural, e que possui renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

O acesso ao microcrédito do Pronaf é um desafio dos camponeses do município de Iará, a linha de crédito está disponível no município desde o ano 2000, porém o número de camponeses que tem acesso ao crédito ainda é limitado. Essa limitação é justificada pela burocracia estatal e a dificuldade do camponês em apresentar a documentação exigida pelo programa. No município de Iará a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Associações Rurais exercem o papel de mediação entre o camponês e acesso ao Pronaf.

O camponês que tem interesse em acessar o microcrédito do Pronaf B, deve em primeiro lugar, decidir um tipo de cultivo a ser financiando. Na maioria das vezes essa escolha é complexa, pois o camponês trabalha com uma agricultura diversificada, a especificação de um produto na unidade camponesa limita a diversidade e fragiliza a manutenção da agricultura camponesa. Em segundo lugar, a família deve procurar o Sindicato Rural para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é uma espécie de identidade do camponês, pois a DAP é o documento do registro da pequena propriedade.

Em terceiro lugar, o camponês deve procurar a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do município para elaborar o projeto técnico de financiamento. Esse projeto deve atender a demanda do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que na maioria das vezes é distinta das necessidades do camponês.

No município de Iará além das dificuldades do camponês em cumprir as exigências do Pronaf, outros fatores se somam para contribuir com o pouco acesso ao programa. Entre esses fatores está a falta de conhecimento por parte dos camponeses de como funciona e como acionar o programa. Outro fator é a deficiência em assistência técnica. A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, não disponibiliza assistência técnica para a agricultura camponesa. Do mesmo modo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais também não possui equipe técnica que possa atender aos camponeses do município.

Dessa maneira a inserção dos camponeses em programas de crédito foi intensificada a partir do trabalho da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter). A instituição passou a atuar no município de Iará em 2003, exercendo atividades formativas com camponeses com o objetivo de facilitar seu acesso ao crédito Pronaf. A instituição também passou a trabalhar com assessoria técnica para escrita de projeto de financiamento do Pronaf e com assistência técnica em unidades camponesas do município.

Mesmo com as dificuldades de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e com os baixos valores adquiridos por unidade camponesa, o Pronaf tem injetado no município de Iará, no período de 2000 a 2015, o valor de R\$ 12.955.59,00 (doze milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e nove reais) contribuído assim na circulação do capital municipal.

Observa-se que o capital financeiro através das políticas estaduais de desenvolvimento social e agrário tem contribuído para a circulação do capital no município de Iará e tem contribuído na manutenção da agricultura camponesa.

### **Cooperativismo e associativismo**

A consideração do papel do Estado é importante. Porém, as outras instituições de caráter político e aglutinador de massa não podem ser desprezadas numa análise da produção do espaço. Pois, são estas instituições que exercem a ação concreta na sociedade. A própria explicação do desenvolvimento desigual no espaço encontra na dialética essas instituições e seus aparelhos uma de suas explicações (SANTOS, 2005).

Dessa forma, o poder político exerce papel de rede de relações sociais e tem como instrumento mediador o poder exercido pelo Estado. Este, tem a capacidade de produzir e se reproduzir a partir de todos os âmbitos da sociedade, sejam econômicos, políticos, cultural ou ideológico. Nesse sentido, é no Estado, que se encontra o núcleo fundamental de articulação e reprodução dessa rede (OSÓRIO, 2014).

Em Iará são as associações de produtores rurais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iará (STRI) e a Cooperativa dos Produtores Rurais de Iara Ltda (Coopril) que atuam na organização social dos camponeses, e que facilita o acesso desses camponeses ao mercado de comercialização da produção agropecuária. Desse modo, no município de Iará as 32 associações rurais existentes, atuam na organização dos produtores, na procura aos incentivos a créditos, negociação de dívidas, comercialização da produção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e em outras redes comerciais.

A primeira associação rural foi construída em 1980 na comunidade do Juazeiro/Iará com o objetivo de organizar o camponês e possibilitar o acesso ao escoamento da produção com melhores transações comerciais (OLIVEIRA, 2004).

A Associação Rural Comunitária do Juazeiro foi insuficiente para cumprir o papel de organização da produção, assim como seu direcionamento para o mercado de

comercialização. Porém, foi um instrumento fundamental da organização dos camponeses no município de Iará.

Na perspectiva de suprir a demanda dos camponeses no que se refere ao mercado, surgiu a necessidade de construir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Iará, sendo construído em 1987 (OLIVEIRA, 2004). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Iará exerce ações de mediação entre os camponeses e políticas públicas de desenvolvimento rural e da previdência social, auxiliando a injeção dos camponeses em políticas e programas sociais.

No entanto, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Iará no enfrentamento político e na busca por conquistas socioeconômicas foram fragilizadas pelas práticas e estreitamento de relações com a institucionalidade.

Em trabalho de campo percebe-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Iará não atua na organização dos camponeses para a luta combativa e coletiva de massa, antes se dedica em uma luta sem o apoio do povo (sem a participação dos camponeses) junto à prefeitura do município numa atuação conjunta com o objetivo de preterir o acesso às políticas públicas via o Consórcio Público Portal do Sertão<sup>2</sup>.

O papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Iará no início de sua construção era combativo. Exercia o papel de articulação dos trabalhadores para as mobilizações de massa, através de marchas reivindicativas. Atualmente é via institucional. A pauta de reivindicação é levada para ser discutido por meio do Consórcio Público Portal do Sertão. “O consórcio tem o CNPJ. Os movimentos sociais (associações, cooperativa, sindicato) sozinhos não conseguem acessar as políticas, mas quando entra a prefeitura através do consórcio aí consegue acessar as políticas” (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iará, 2015).

A submissão dos sindicatos ao Estado é um fato histórico Brant (1981), trouxe a tona essa discussão e concluiu que a consolidação das leis do trabalho (CLT) de 1943 enquadraram grande parte das organizações sindicais em uma estrutura que os tornavam submisso ao Estado.

O reconhecimento do sindicato enquanto uma instituição legal configurou-se como uma estratégia do Estado para enfraquecer as organizações populares. Assim, o Estado passou a ditar as formas de organização dos sindicatos aniquilando as forças de reivindicação de massa e apresentando a reivindicação institucional. A definição dos

sindicatos como “órgãos auxiliares do Poder público”, não expressa apenas à intenção de domínio por parte das classes dominantes, mas também o desvio de conduta do próprio sindicato como instituição de defesa dos interesses da classe trabalhadora (BRANT, 1981).

Ainda dialogando com Brant (1981)

A estrutura em forma de pirâmide truncada no ápice, estabelecido pela CLT, somaram-se outros dispositivos destinados a tolher os movimentos de solidariedade, entre os quais a proibição de greves de apoio, a interdição de empréstimos ou doações financeiras de um sindicato a outro, a proscrição dos pactos interprofissionais para campanhas conjuntas (BRANT, 1981, p. 33).

Nessa mesma perspectiva Thomas Junior (2002), discute que as novas formas de gestão do trabalho na produção debilitam o ideário fundado nas estratégias de classe, fomentando posturas sindicais neocorporativas e propositivistas, prevalecendo os interesses por empresas, fragilizando assim consideravelmente a capacidade de negociação e organização dos sindicatos. Nesse sentido, o capital não somente está se apropriando da subjetividade organizativa dos movimentos sociais, mas também de sua capacidade de indignação.

No município de Iará a primeira experiência com a organização de agricultores em cooperativa foi em 1940, quando instituída a Sociedade dos Agricultores de Iará, que passou a ser chamada de Cooperativa Mista Agrícola de Iará (A NOITE, 1943). Essa cooperativa tinha por objetivo facilitar a participação da elite agrária de Iará na divulgação e comercialização da pecuária bovina.

Somente no ano de 2005, os camponeses consolidaram a Cooperativa dos Produtores Rurais de Iará Ltda (Coopril), com objetivo de atender as necessidades e demandas dos camponeses de Iará, tanto na organização da produção, quanto na divulgação e comercialização dos produtos da agropecuária. Contudo, a Coopril só passou a exercer as atividades de comercialização em 2012.

As cooperativas são instrumento de defesa dos camponeses contra os comerciantes atravessadores que adquiriam a produção do camponês a preço que por vezes eram abaixo do custo da produção, essas relações comerciais constantemente levavam o camponês a proletarização. Desse modo, as cooperativas ofereciam as vantagens da compra/venda rompendo com o subjugamento do camponês ao mercado informal (OLIVEIRA, 2007).

A Coopril é um instrumento de defesa da agricultura camponeses do município de Iará. Porém, sua atuação constitui elementos contraditórios, ou seja, é objeto de conflitos sociopolíticos entre os agentes políticos envolvidos em sua construção e os próprios camponeses. A Coopril possui o espaço físico (prédio), porém não tem o corpo administrativo para que ela possa atuar com plena autonomia.

Dessa maneira, a Coopril tornou-se uma instituição com sede flutuante na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Iará (SAMAI). A SAMAI foi constituída em 2007, mas, somente em 2009 passou a exercer suas atividades. Entre as atividades exercidas pela SAMAI estão as relacionadas à organização dos agricultores no sistema associativista e cooperativista. Nessa perspectiva, também constitui atividade da SAMAI desenvolver ações e apoiar as iniciativas de assistência técnica para agricultores, possibilitar o acesso às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura e desenvolver projetos de proteção ao ambiente urbano e rural (SAMAI, 2012).

Outro instrumento de controle das políticas públicas é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) este conselho é formado por movimentos sociais de Iará (Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Iará e Coopril) e por instituições governamentais (SAMAI, Prefeitura e a EBDA).

O conselho é responsável pela construção do plano municipal de desenvolvimento sustentável. No município de Iará o conselho exerce a função de fiscalizar e controlar a aplicação de políticas públicas. Também é tarefa do conselho a mediação de políticas públicas fundamentais para a manutenção das unidades camponesas como o programa Semear, Garantia Safra e o Bahia Produtiva.

No município de Iará é perceptível a força do Estado e suas estratégias de concentração do poder por meio do domínio social, que se manifesta no controle do acesso da classe camponesa as políticas públicas, e também quando dita quem pode ter acesso a elas. O poder político é manipulado em rede pelas instituições abaixo do Estado, mas quem controla essa dinâmica formando os nós do poder é o Estado.

Dessa forma, a cooptação de instrumentos sociais pelo Estado, é mais um exemplo de subordinação da classe trabalhadora aos ditames do Estado capitalista, que na maioria das vezes representa os interesses da classe hegemônica. Nesse sentido, o “Estado é uma alienação da sociedade civil: os indivíduos em vez de exercerem

diretamente o poder de decisão, alienam esse poder para a esfera estatal” (MARX, 2010, p. 17a).

Parafraseando com Bogo (2010) a “palavra alienação se origina da palavra Alius, que quer dizer separar. Logo, toda teoria que não reflete a realidade em que estamos inseridas, nos afasta dela. Coloca-nos ilusoriamente em outro mundo que não é aqueles que precisamos compreender e transformar” (BOGO, 2010, p.166).

No município de Iará as lutas sociais estão drenadas pelo poder do Estado. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Iará atua diretamente com o poder municipal através das lutas institucionais. Estas são importantes, mas não podem ser as únicas a serem enfrentadas pela classe trabalhadora, é preciso o enfrentamento direto por conquistas de direitos sociais.

A ideia de que o Estado burguês expressa conquistas dos dominados através do direito a greve, sindicalização, partidos populares, deve ser entendida, como de fato o são. Conquista da classe trabalhadora através da luta organizada (OSÓRIO, 2014). Esses instrumentos podem se tornar mais um viés do poder estatal para controle do povo, é preciso maturidade e resistência para não se deixar cooptar, e realmente fazer jus às conquistas da classe trabalhadora.

Nesse sentido Osório, (2014) discute:

O Estado capitalista não é a melhor nem o mais fundamental lugar para as classes dominadas acumularem força, já que isso presumiria desconhecer a unidade de classe do Estado e assumir, portanto, ideia de uma desarticulação que tornaria possível a coexistência de duplos poderes em seu interior (OSÓRIO, 2014 p.52).

O reconhecimento dos sindicatos enquanto instituição legal de representação da classe trabalhadora limita a liberdade de ações combativas das associações, pois essas passaram a não mais serem apoiadas em suas manifestações de massa pelo sindicato. “A reivindicação dos sindicatos foi muitas das vezes, voltadas para a regulamentação legal, procurando-se mais a proteção do Estado do que a pressão direta sobre os patrões” (BRANT,1981, p. 37).

As associações dos trabalhadores rurais do município de Iará são representações concretas de organizações sociais populares, ou seja, é o espaço onde camponeses se reúnem para tomar decisões e deliberar ações referentes a produção agropecuária e/ou de cunho sociopolítico.

São nas associações que se concretizam as relações políticas, onde o Estado usando de suas “artimanhas” criam sua base política a partir de “favores”, que deveriam ser direitos sociais garantidos ao povo. Porém, tais “favores” configuram-se como instrumentos de alienação social.

Dialogando com Bogo (2010):

Na sociedade há muita convivência com as coisas imediata e pouca convivência com a cultura política; isso descompromete os seres sociais da responsabilidade com o destino coletivo. A representação é a doença da modernidade; ela trouxe junto com a república o desejo do cidadão de ser representado. Delega o poder para se submeter. (BOGO, p.156,2010).

No município de Iará a maior parte das diretorias das associações assume o poder máximo da instituição. Esse poder é delegado pelos associados que se sentem representados por indivíduos e se colocam em posição de conforto, não assumindo as demandas coletivas, ou não contribuindo para que a gestão seja democrática.

Ainda dialogando com Bogo (2010), as organizações populares clássicas diminuíram o potencial de enfrentamento, como é o caso dos sindicatos e das associações, mas não significa que as forças sociais perderam o ânimo para a transformação social, pode estar em estado de latência.

Segundo Junquilho (2007), a legitimidade de poder no município de Iará está baseada na tradicional patrimonialista. Ou seja, pelos parâmetros utilizado pela autora na análise da legitimidade do poder, teve como resultado os seguintes dados: em relação as Crenças estabelecidas - o prefeito tem a política no sangue, nasceu para o exercício do poder. Forças dominantes - os parentes e amigos do prefeito tem grande influência sobre a administração da cidade; Institucionalização - a população tem um papel social passivo, pois não acredita em mudança na política da cidade.

Em relação à dinâmica de poder Junquilho (2007), chegou à conclusão que no município de Iará predomina o clientelismo. Os parâmetros de análise da autora foram os seguintes: estrutura (os cargos da estrutura de governo são ocupados por apoiadores de campanha, amigos e/ou parentes do prefeito); lógica de ação (a administração está voltada para atender os interesses de alguns grupos de indivíduos); tomada de decisão (o prefeito toma as decisões a partir da pressão das pessoas que o apoiaram em sua campanha eleitoral); articulação política (as relações políticas giram em torno da troca de favores por apoio políticos e econômicos); mecanismos de participação (a participação popular está limitada ao balcão de pedidos ao prefeito).

O Estado, através da sua rede política concentra as ações e poda as relações sociais, assim como a organização de movimentos sociais. A concentração do poder está representada pela concentração de políticas públicas e pelo acesso da classe trabalhadora a serviços básico de saúde, educação, lazer entre outros.

No Plano municipal de Iará, 2012 a relação de subordinação dos camponeses aos representantes do poder municipal foi exposta como forma de repúdio as ações de repressão social.

A política institucional deixa de ser social para ser partidária, favorecendo pequenos grupos. Esta situação é explicada por fatores como a falta de compromisso das lideranças políticas com os interesses do município, a ausência de uma visão estratégica e de um planejamento participativo das ações, o desconhecimento das leis e dos direitos pelos cidadãos e cidadãs de Iará, a falta de participação política da população, o governo que não se preocupa com o povo, a manipulação, a falta de liberdade de expressão, o desconhecimento da palavra política, a atitude de dependência, a falta de compromisso com o bem comum, a desonestidade, a omissão da Constituição e a formação de alienados (PMDLS, 2012 p.26).

No município de Iará a transparência de prestação de conta do poder executivo é um instrumento contraditório. Pois essas são feitas através de portarias, leis, licitações, instrumentos que carecem de conhecimentos específicos na área da administração, para serem entendidos. Dessa forma, a burocracia não está apenas no acesso às políticas públicas, mas também no acesso as informações e prestações de conta do poder municipal.

Nesse sentido Dantas (2014), discute que o primeiro ato do Legislativo na fiscalização das prestações de contas deveria acontecer durante a construção da Lei Orçamentária Anual (LOA), esse ato direciona os gastos do Executivo e distribui as receitas futuras. Estas ações deveriam ser realizadas com a presença da população com ampla discussão das necessidades socioeconômicas locais. No entanto, o que ocorre no município de Iará é que o poder municipal envia o projeto orçamentário com as solicitações de serviços à Câmara municipal. Essa não aciona os representantes da sociedade civil e aprova a LOA sem qualquer tipo de discussão com a sociedade.

Segundo o art. 74, § 2º, da Constituição Federal estabelece: “Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”. Portanto, a sociedade tem o direito de fiscalizar a atuação das verbas dos poderes federais, estaduais e municipais no âmbito da sociedade civil, seja destinado à produção agropecuária, saúde, educação, esporte e lazer.

Conforme Dantas (2014), o Prefeito aplica o percentual mínimo obrigatório em saúde, esse ato rebate diretamente na qualidade de vida da população do município de Iará. O município conta com apenas um hospital maternidade com atendimento precário, pois faltam os aparelhos necessários ao atendimento especializado.

As doenças mais frequentes da população do município de Iará são a hipertensão, diabetes, doenças psicológicas, depressão, verminose, anemia falciforme, dengue e desidratação (trabalho de campo, 2015).

Entre as principais causas das doenças citadas anteriormente, estão o não acesso a alimentação saudável, a falta de atividades de lazer e esportiva. Nesse sentido, as questões econômicas perpassam por essas dificuldades pois a instabilidade econômica das famílias reverbera nos hábitos alimentares inadequados, na ausência de lazer, no sedentarismo e falta de atividade esportiva. Tais situações sociais perpassam o âmbito da saúde e/ou da infraestrutura, tornando a saúde um elemento integrador das questões políticas, sociais e econômicas.

A Secretaria de Saúde do Município de Iará atua em conjunto com a Secretaria de Assistência Social. Dessa maneira, os agentes comunitários de saúde promovem dentro da área de saúde programas de ação social como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF.

Raffestin (1983) discute que o poder permeia as relações sociais tornando complexa a distinção do poder político, econômico, cultural ou ideológico. Portanto o poder é inerente às relações, e pode ser um instrumento de manipulação dos fluxos que atravessam e desligam essas relações.

No município de Iará o poder estatal é visível e permeia as comunidades rurais. Assim o município possui 99 (noventa e nove) comunidades rurais camponesas quatro povoados e um distrito (SAMAI, 2014), que em sua maioria trabalha com a agricultura tradicional. “A agricultura tradicional é uma forma de produção que compreende os fatores agro-ecológico e sócio-econômico de grupos de agricultores específicos e agroecossistemas locais” (ALTIERI, 2004).

Na agricultura destaca-se a produção de mandioca, principal produto da economia iraraense. Enquanto no artesanato utilizam-se da argila, cipó e palhas de coqueiro, dendezeiro e palmeiras na confecção de cestas, chapéus, vassouras e diversos objetos de argila a exemplo prato, panela, jarra e outros.

Segundo Oliveira (2007), a reprodução do campesinato está subordinada em três instâncias, na primeira estão os proprietários de terras que especulam com a terra-mercadoria, esses ao venderem a terra em pequenas frações criam contraditoriamente possibilidades para que camponeses consigam ter acesso a terra. A segunda instância está o Estado, que atua através das políticas públicas na manutenção do campesinato e na terceira instância nasce no seio do próprio campesinato e é incorporado pelo Estado, diz respeito à formação das cooperativas no campo.

### **Produção de farinha de mandioca e do beiju no município de Iará: uma estratégia de reprodução camponesa**

A produção da mandioca e seus derivados é historicamente uma atividade exercida por camponeses no município de Iará. Entre as comunidades com maior destaque na produção da farinha de mandioca estão às comunidades, Santo Antônio, Candéal e Juazeiro.

A produção da farinha é uma atividade de viés econômico e cultural. As técnicas de produção são tradicionais e passadas historicamente como herança cultural entre as famílias iraraenses. A produção de farinha é de responsabilidade do camponês, assim como a estratégia de mercado (CASAS, 2015).

No município de Iará a mandioca é o cultivo que garante parte da alimentação camponesa, a exemplo a produção de farinha, beiju utilizado para o consumo familiar e geração de renda. Já a mandioca triturada é utilizada para adubo e alimentação dos animais (gado leiteiro, ovinos, galinha, porcos entre outros).

Dessa forma os camponeses iraraenses afirmam que a mandioca permite maior segurança ao camponês, pois a colheita pode acontecer durante todo o ano e a farinha tem garantia de comercialização: “A farinha de Iará é moeda, não existe fiado. É moeda viva. Com a farinha o agricultor faz a feira, mesmo ela estando a 20,00 reais (o saco com 50 kg) o produtor terá que produzir um número maior de farinha, mas a venda é garantida” (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2015).

A produção da farinha em Iará é em maior parte artesanal, tendo auxílio do trator apenas no processo de arar e gradear a terra. O primeiro passo na produção da mandioca é o processo de limpeza (roçar a terra), posteriormente dão continuidade à aração, sendo utilizado o arado com tração animal e/ou trator, seguido da gradagem realizando a adubação com o esterco de granja e/ou de gado bovino (camponesa 1, 2015).

Para realização do plantio utilizam o sulcador, e para manutenção é necessário esporadicamente à limpeza da vegetação nativa e ervas daninha, para que estas não sufoquem a planta da mandioca. O passo seguinte (depois de em média um ano plantada) é o processo de arranque manual ou quando o solo está muito compactado se utiliza o trator. Após serem retiradas as raízes da mandioca são levadas à casa de farinha para serem lavadas e descascadas, depois são trituradas, prensada e a massa resultante é passadas na peneira. O último passo é o processo de torrar a massa no forno, e depois ensacar, (Camponesa 1, 2016).

“Nos períodos de estiagem o solo fica seco e endurecido, o que dificulta tanto o plantio da mandioca quanto a colheita” (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2015). O custo de produção da farinha torna-se elevado tendo em consideração o uso de equipamentos, como trator e o sulcador e a contratação de mão-obra-obra.

Outro fator que contribui para o aumento do preço da farinha de mandioca é que a maior parte dos camponeses do município de Iará não possuem equipamentos mecanizados individuais para a produção, eles têm acesso a equipamentos como trator e o sulcador através da contratação do serviço por hora (R\$ 60,00 por hora). O valor da diária do trabalhador rural no município de Iará varia ente 35,00 a 40,00 reais para os homens e de 25,00 a 30,00 para mulheres (trabalho de campo, 2016).

Dessa forma o custo de produção reverbera no preço da farinha no mercado que tente a ser maior que o preço da farinha adquirida em Feira de Santana, Santo Antônio, São Paulo e Paraná que são concorrentes no mercado de farinha de Iará.

Existem duas modalidades na venda da farinha de mandioca no município de Iará. Modalidade (a): a venda é feita no Mercado Municipal em regime de peso (unidades em litro). Nesta modalidade a venda é feita diretamente entre o produtor e o consumidor. Aqui os camponeses têm autonomia na relação da venda, podendo assim estipular o preço do produto.

A venda direta do produto da agricultura camponesa na feira livre se configura como estratégias de reprodução do camponês no município de Iará. A venda desses produtos é a possibilidade de adquirir outros produtos complementar para garantia de sua subsistência.

Na modalidade (b), a produção da farinha é comercializada a atravessadores que compram direto na unidade camponesa, ou seja, casa de farinha. Outras vendas também

são concretizadas a atravessadores no centro de abastecimento<sup>3</sup> (em regime de saca, 50kg). É na venda da produção camponesa aos atravessadores que a exploração do trabalho se concretiza a partir da expropriação da renda camponesa. Nesse momento o camponês perde sua autonomia com relação a sua produção, o preço da farinha é estipulado pelo atravessador.

Em trabalho de campo presenciamos situações de insatisfação por parte dos camponeses quando se referia à venda da farinha de mandioca. "A gente chega com a farinha e não sabe quanto o saco está custando. Já vendi saco de mais de 200 reais, hoje o saco estão custando 100 reais até mesmo 80 reais" (camponês 2, 2016).

Os camponeses conseguem perceber que estão sendo explorado na relação com os atravessadores, mas por não terem acesso a outros meios de comercialização se submetem a esse tipo de relação. Quando indagado qual seria a condição ideal de comercialização, os camponeses apresentaram como alternativa a intervenção do Estado com políticas de preço mínimo. "Precisa ter um preço mínimo o governo precisa olhar para o pequeno produtor, o governo precisa colocar um preço mínimo para a mercadoria, o preço oscila muito" (Camponês 2).

O valor da farinha de mandioca no município de Iará é flutuante. No ano de 2012 devido ao longo período de estiagem a farinha passou a custar R\$ 300,00 reais. Já em 2015 o preço oscilou entre R\$ 50,00 e R\$ 80,00. E, em 2016, o preço da farinha de mandioca oscilou entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 reais (trabalho de campo, 2016).

Mesmo o município de Iará tendo uma significativa participação em políticas públicas, ainda é latente o descaso do Estado com relação à agricultura camponesa. Isso tem contribuído para o processo de exploração do trabalho camponês pelo capital. Dessa forma o trabalho deixa de ser instrumento da reprodução humana e passa a ser um viés para acumulação do capital. Nas palavras de Lessa e Tonet (2011):

"O trabalho alienado faz com que aos trabalhadores caiba não apenas a miséria material, mas também a eles é negado o acesso ao desenvolvimento humano mais genérico de seu tempo, pois sua atividade cotidiana e seu vínculo com a sociedade se faz pelo trabalho alienado" (LESSA; TONET, 2011 p.94).

No município de Iará os atravessadores além de se apropriar do trabalho do camponês comprando à farinha a baixo do preço do mercado, ele também atua na flutuação do preço da farinha no mercado de Iará através da introdução de farinha de mandioca oriundas dos estados de São Paulo e Paraná. Conforme o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iará:

A farinha de Iará vai para os municípios de Salvador, Santo Antônio de Jesus, Coité, Feira de Santana, Serrinha, Capim Grosso e Riachão do Jacuípe através do atravessador. A farinha de Iará não tira a goma, é uma farinha forte e tem paladar. A farinha que vem de São Paulo, Paraná é uma farinha que se extraí a goma. Então o que é que o comerciante faz: traz a farinha de São Paulo e do Paraná e mistura com a farinha de Iará para melhorar o gosto da farinha que eles trouxeram, para vender pelo mesmo preço da farinha de Iará e vende como sendo farinha de Iará. A farinha de Iará era quem balizava o preço da farinha de Feira de Santana, da região do Sisal e Salvador. Com a compra da farinha de São Paulo e Paraná o preço da farinha de Iará começou a baixar, pois quando a saca de farinha de Iará chega a 100,00 os comerciantes de farinha colocam no mercado a farinha de São Paulo e Paraná a 50,00 derrubando o preço da farinha de Iará (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2015).

Sendo assim, são os atravessadores que criam a rede de comercialização da farinha de mandioca do município de Iará. Dessa forma, a farinha de mandioca é comercializada nos municípios de Salvador, Santo Antônio de Jesus, Capim Grosso, Coité, Feira de Santana, Serrinha e Riachão do Jacuípe.

Na relação da exploração da renda da terra pelo capital Oliveira (2007), discute que o processo de sujeição do campesinato ao capital ocorre sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. A mais valia ocorre pela apropriação da mercadoria pelo comerciante, que nela está embutida o trabalho do camponês. É na produção que a mais-valia é gerada, porém a sua realização só se dá na circulação dessa mesma mercadoria. “É, pois, no momento da circulação que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro, e, portanto, apropria-se da mais-valia, que é trabalho social não pago” (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

No município de Iará a facilidade de acesso por redes viárias BA - 504 e BR 116 e a proximidade com os municípios de Feira de Santana (55,5 Km) e Salvador (137Km) possibilita a dinâmica e os fluxos socioeconômicos.

Além da produção da farinha de mandioca, ganha destaque na economia iraraense a produção dos derivados da mandioca. Essa produz ocorre através de grupos produtivos que comercializam a produção nos mercados institucionais PAA, PNAE e no mercado municipal de Iará.

Assim, existem três grupos produtivos de mulheres que se organizam em torno de cozinhas comunitárias e trabalham com a produção de derivados da mandioca (beiju, bolacha de goma, goma, puba). Os grupos produtivos são apoiados pelas associações rurais das comunidades onde eles estão situados, pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município de Iará e pela Coopril.

Dessa forma, o primeiro grupo está localizado na comunidade de Candeal, fundado em 2003 e conta com dez integrantes, nove mulheres e apenas um homem. O segundo grupo está situado na comunidade remanescente de quilombo Tapera Melão e participam vinte pessoas, sendo dezoito mulheres e dois homens. E o terceiro grupo está localizado na comunidade do Quebra Fogo e é formado por 20 mulheres.

Portanto, a reprodução do camponês está condicionada ao rompimento da relação de subordinação do camponês ao capital. Nesse rompimento faz-se necessário à intervenção do Estado na construção de políticas públicas que garantam preço justo, acesso a terra, insumo, assistência técnica, financiamento, entre outras medidas de proteção.

### **Considerações finais**

No município de Iará as políticas públicas criadas no período de 1995-2006, tais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possui atuação direta e tem contribuído para melhoria da qualidade de vida camponesa. São os agentes políticos de Iará em parceria com o poder municipal que garantem o acesso dos camponeses as políticas de compra de alimentos (PAA, PNEA) e aos programas de desenvolvimento rural: cisternas artesanais, garantia de safra, crédito emergencial da seca, semeando doação de alimentos e sementes.

Outros programas também são relevantes para a economia municipal como o programa social Bolsa Família que no período de 2012 a 2016, o programa tem disponibilizado verba no total de R\$ 63.984.485,00 (sessenta e três milhões nove centos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais). E o Pronaf que mesmo com as dificuldades de atuação do programa e com os baixos valores adquiridos por unidade camponesa, o Pronaf tem injetado no município de Iará, no período de 2000 a 2015, o valor de R\$ 12.955.59,00 (doze milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e nove reais) contribuído assim na circulação do capital municipal.

Observa-se que o capital financeiro através das políticas públicas de desenvolvimento social e agrário tem contribuído para a circulação do capital no município de Iará e tem contribuído na manutenção da agricultura camponesa.

Em Iará são as associações de produtores rurais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iará (STRI) e a Cooperativa dos Produtores Rurais de Iara Ltda (Coopril) que atuam na organização social dos camponeses, e que facilita o acesso desses camponeses ao mercado de comercialização da produção agropecuária.

No município de Iará é perceptível a força do Estado e suas estratégias de concentração do poder por meio do domínio social, que se manifesta no controle do acesso da classe camponesa as políticas públicas, e também quando dita quem pode ter acesso a elas. O poder político é manipulado em rede pelas instituições abaixo do Estado, mas quem controla essa dinâmica formando os nós do poder é o Estado.

No município de Iará a mandioca é o cultivo que garante parte da alimentação camponesa, a exemplo a produção de farinha, beiju utilizado para o consumo familiar e geração de renda, a mandioca triturada é utilizada para adubo e alimentação dos animais.

Dessa forma os camponeses iraraenses afirmam que a mandioca permite maior segurança ao camponês, pois a colheita pode acontecer durante todo o ano e a farinha tem garantia de comercialização. A grande dificuldade dos camponeses de Iará está na comercialização, pois o acesso ao mercado é na maioria das vezes mediado por atravessadores.

No município de Iará os atravessadores além de se apropriar do trabalho do camponês comprando à farinha a baixo do preço do mercado, ele também atua na flutuação do preço da farinha no mercado de Iará através da introdução de farinha de mandioca oriundas dos estados de São Paulo e Paraná.

Além da produção da farinha de mandioca, ganha destaque na economia iraraense a produção dos derivados da mandioca. Essa produção ocorre através de grupos produtivos formados majoritariamente por mulheres que produzem beiju, bolachinha de goma, bolos e comercializam a produção nos mercados institucionais PAA, PNAE e no mercado municipal de Iará.

A venda dos produtos da agricultura camponesa representa para o produtor a possibilidade de sua reprodução, pois, o produto levado ao mercado será transformado em dinheiro que será trocado por outros produtos necessários a subsistência familiar camponesa. A valorização da agricultura camponesa representa no município de Iará a manutenção da vida desses camponeses.

A concentração da terra configura-se como o principal conflito no espaço agrário. A terra é o principal meio de produção do camponês, é o símbolo da autonomia, liberdade e da sobrevivência do homem do campo.

Assim, a garantia da reprodução do camponês em condição digna está condicionada a autonomia camponesa, ao fortalecimento de sua organização e ao rompimento da subordinação do camponês ao capital. Dessa forma, é de mister a atuação do Estado na garantia do acesso à terra e na criação de políticas públicas que garantam, um preço mínimo para os produtos da agropecuária, créditos, assistência técnica, equipamentos que possibilitem o beneficiamento da produção, curso de manejo ecológico do solo entre outros. Além do acesso a saúde, educação e lazer.

## Notas

---

<sup>1</sup> O Estado referenciado no texto assume o papel do poder municipal. Neste contexto o Estado “possui uma condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação de classe” (OSORIO, 2014).

<sup>2</sup> Instalado em abril de 2010, o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão é uma associação pública de direito público (autarquia), constituído com base no art.41, IV, do Código Civil Brasileiro e na Lei Federal 11.107. O consórcio atua desenvolvimento de políticas públicas para os municípios do território de identidade Portal do Sertão. De acordo com seu estatuto e o protocolo de intenções apresenta como finalidades: elaborar estudos e debates sobre o desenvolvimento; desenvolver ações nas áreas de infraestrutura, transporte, saneamento básico, turismo, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. Disponível em <http://www.portaldosertao.ba.gov.br/o-consorcio.php>. Acessado em 20/09/2016.

<sup>3</sup> O centro de abastecimento é um galpão que funciona como extensão da feira livre, onde é comercializado produtos da agricultura comercial a exemplo de verduras e frutas e também produtos da agricultura camponesa como carne bovina, suína, e de ovinos; e animais vivos a exemplo ovinos, suínos e galinha caipira.

## Referências

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*/Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em <[http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia\\_-short-port.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_-short-port.pdf)> Acesso em 30/04/2013.

ANDRADE, Manuel Correia. Os Dilemas do Crescimento do Nordeste do Brasil. *Latin American Studies* vol.3, Ibaraki, Japão. Outubro. / Novemb.1981.

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classe*. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRANT, Vínico Caldeira. *Sindicatos de trabalhadores*. In São Paulo: o povo em movimento. 2º Ed. editora Vozes Ltda. Petrópolis, 1981.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de Outubro de 2011. *Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais*; altera as Leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm)>. Acesso em 12/12/2016.

CASAS. Suzane Figueiredo. *Práticas de Gestão no Sistema de Produção da Cultura da Mandioca na Localidade de Juazeiro Município de Irará-Bahia. Governador Mangabeira*, 118p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Programa de Mestrado da Faculdade Maria Milza (FAMAM). Governador Mangabeira, 2015.

DANTAS. Celina Maria Santos Barreto. *Transparência das prestações de contas de convênios e repasses do município de Irará*. Irará/BA, 2014. Artigo (Artigo Científico de conclusão do curso de Pós-Graduação em Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal) Instituto Pró Saber, Pós-Graduação em Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal da Universidade Cândido Mendes, Feira de Santana/BA, 2014.

Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação (FNDE). Ministério da Educação. *Resolução Nº 26, De 17 de Junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 20/04/2013.

JUNQUILHO. Patrícia Celeste Mirante Caldeira. *A legitimidade do poder e a dinâmica do poder em Irará e Água Fria – Bahia*. Salvador, 2007. Dissertação (mestrado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração Mestrado Profissional em Administração. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/BA, 2007.

LESSA. Sergio; TONET. Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2º ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

MARX. Karl. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (a).

\_\_\_\_\_. *Glossas críticas marginais ao artigo “ O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (b).

Ministério do desenvolvimento Social Agrário (MDA). *Balanço do bolsa família 2012 - 2016 para o município de Irará/BA*. Disponível < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia> > Acesso em 12/12/2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e Agricultura*. São Paulo: editora Ética, 2ed.1987.

OLIVEIRA, Edna Moreira. *História e memória de um sindicato: construindo uma primeira interpretação acerca do processo de instalação e consolidação do sindicato dos trabalhadores rurais de Irará/BA (1987-1992)*. Projeto de pesquisa (Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana/Bahia, 2004

OSORIO, Jaime. *O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. Tradução de Fernando Correa Prado. – 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

Plano Municipal de Desenvolvimento Local Sustentável PMDLS - Irará - BA , 2012. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/PortalIrraense/pmdls-plano-municipal-de-desenvolvimento-local-sustentvel-irar-plano-municipaldedesenvolvimentolocal sustentvelpmdlsirar>> Acesso em 22/11/2015.

REZENDE, Gervásio Castro. *A agricultura e a reforma do crédito rural*. Revista Brasileira de Economia, Vol. 39, n° 2 Rio de Janeiro (1985). Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewArticle/340>>. Acesso em 08/01/2013.

SANTOS, Milton. Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa. R. RA'EGA, Curitiba, n° 9. Editora UFPR, 2005.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneo*. Ijuí: Unijuí, 2006.

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Irará (SAMAI). *Relatório de atividades 2012*. Prefeitura Municipal de Irará. Irará /Bahia, 2012.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades 2014*. Prefeitura Municipal de Irará. Irará /Bahia, 2014.

SINGER, Paul. *Economia solidária*. Revista. Estudos Avançados, 2008.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). *Estatísticas dos Municípios Baianos - v. 1 (2000)*. – Salvador: SEI, 2012.

THOMAS JUNIOR. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho. In: *Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

II exposição agropecuária de Irará. Notícia do Interior. *A NOITE*. Domingo 17 de Outubro de 1943, Bahia. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970\\_04&pagfis=23310&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=23310&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#) . Acesso em 12/08/2015.

Recebido em 16/08/2017. Aceito para publicação em 06/05/2018.
--